

RADAR ÁFRICA
JOSÉ DE LIMA MASSANO

“Pagamentos
do Estado
às empresas
estão todos
em dia”

P. 10 a 15



JOSÉ DE LIMA MASSANO MINISTRO DE ESTADO PARA A COORDENAÇÃO ECONÓMICA DE ANGOLA

“Pagamentos do Estado às empresas estão todos em dia”

As dívidas do Governo de Luanda às empresas portuguesas são um passado que deu muitas “dores de cabeça”, mas fazem hoje parte do passado. A certificação está feita e os calendários estão a ser cumpridos, garante José de Lima Massano, frisando que as boas relações entre os dois países estão num ponto em que é difícil melhorar mais.

CELSO FILIPE
cfilipe@negocios.pt
JOÃO CORTESÃO
Fotografia

As percepções criadas sobre os problemas de Angola não passam, hoje em dia, disso mesmo, garante o ministro de Estado para a Coordenação Económica. A economia da-quele país fez um esforço de transformação e José de Lima Massano espera agora que as empresas portuguesas voltem a apostar naquela geografia.

Quais são as perspetivas de evolução da economia angolana neste ano?

Os últimos anos têm sido de verdadeira transformação e 2026 não há de ser diferente. É verdade que o contexto externo continua a trazer-nos novidades à velocidade da luz, mas temos de encontrar capacidade de nos ajustarmos. A nossa economia ainda é muito dependente do setor petrolífero. É dependente no sentido de, na nossa relação externa, o setor ser gerador de cerca de 90% de moedas estrangeiras. As nossas exportações são marcadas pela ação forte do setor petrolífero. Mas temos também feito um caminho de diversificação. Portanto, a nível da receita de exportação, ela não é tão sentida, mas é do ponto de vista de criação de oportunidades. Nos últimos anos, e os dados mais recentes foram publicados há cerca de uma ou duas semanas pelo INE, referentes ao ano de 2025, dizem-nos que temos o setor não petrolífero como absolutamente dominante, em termos de peso na estrutura do PIB. Portanto, é perto do 80%. Vinha com um peso superior a 30% do PIB e neste momento é

de cerca de 19,5%. Depois temos o setor da agricultura, que era muito pouco expressivo e que tem estado a crescer a uma velocidade interessante e neste momento tem um peso no produto interno de Angola que se equipara ao do setor petrolífero. Depois vêm outros setores, onde o comércio também é expressivo. Temos, na verdade, o setor não petrolífero todo a crescer.

O aumento do preço do barril de petróleo é uma boa notícia para Angola?

O que se põe em causa é se estamos perante um fenómeno sustentável. Ainda é cedo para fazermos abordagens definitivas. O certo é que nós preparamos o Orçamento Geral do Estado com uma referência do preço do barril de 61 dólares e naquela altura já foi um tanto ousado, face ao contexto externo. Estamos ainda no primeiro trimestre deste ano e com o preço do barril ligeiramente acima de 80 dólares. Portanto, são notícias interessantes, por um lado, mas temos que fazer aqui um compasso de espera, ver a consistência e como é que pode de facto impactar. Isto porque poderá ser um fenómeno efémero, poderá ser um fenómeno de médio-longo prazo e nós vamos ter de ajustar em conformidade. No imediato, um acerto a nível do preço do petróleo em

alta traz sempre notícias positivas para países produtores.

Tinha referido que se abrem novos horizontes da economia angolana e que há alguns setores mais capazes de acelerar o crescimento económico.

Sim, queremos estimular a presença de mais empresas portuguesas em Angola, mas devemos reconhecer que quando fazemos referência ao que está a acontecer no país do ponto de vista do crescimento devemos também dizer que participam neste processo muitas empresas portuguesas. Angola é um país ainda com muitas oportunidades. E, neste nosso caminho de diversificação, temos energia, recursos, meios, e gostaríamos de ver mais capital privado envolvido, sobretudo na segurança alimentar. Nós temos ainda uma mão-cheia de produtos em que dependemos fortemente de importações. Estamos a fazer o nosso caminho, é verdade, mas temos ainda necessidades e, por isso, oportunidades. Fazemos referência à carne do frango, arroz, açúcar, óleo alimentar, trigo. Serão cinco produtos que mais incomodam, numa perspetiva de cesta básica. O país tem potencial para, em relação a esses produtos, tornar-se exportador. Nós temos vastas áreas para produção, temos água, energia barata, uma população que

é jovem, com energia para trabalhar, e temos que nos organizar, ser capazes de mobilizar mais conhecimento, mais capacidade financeira, a par do exercício que também temos vindos a fazer de melhoria do ambiente de negócios em Angola.

O corredor do Lobito tem sido visto como a joia da coroa. Quase que me atrevo a dizer que o país deixou de ser conhecido pelo petróleo e passou a ser falado por causa deste corredor. O que traz de novo a Angola?

Vemos o que está agora a acontecer com o tema do Irão e como um incidente pode provocar transformações globais, com efeitos que acabam por tocar a todos. O corredor do Lobito tem o potencial de ligar o Atlântico ao Índico: temos República Democrática do Congo, Zâmbia, mas depois, ligando à Tanzânia, via Dares Salaam, temos condição de chegar ao outro lado do mundo. E isto vai facilitar o comércio internacional. Vamos ter mais um canal eficaz e competitivo de circulação de mercadorias. O corredor do Lobito tem este grande potencial de integração regional, e nós temos, além dos EUA, instituições multilaterais africanas que estão a engajar recursos para o seu desenvolvimento do corredor. Pode trazer canais alternativos, mais competitivos e, eventualmente, termos condições de dar tranquilidade a quem, no comércio internacional, sente essa necessidade. Na perspetiva angolana, temos estado a abordar o corredor não apenas como uma linha férrea, como alguns interpretam, mas como uma via de desenvolvimento.

Daí o potencial da agroindústria.

Estamos a desenhar, já em fase bem avançada, a primeira platafor-

ma logística que tem o apoio do Banco Mundial. E há uma estrutura já em funcionamento também com participação de investidores dos Países Baixos, que é a plataforma logística da Caála onde já começamos com o abacate. O abacate que está a ser exportado é produzido na província do Huambo e depois, via corredor do Lobito, é exportado para a Europa.

Há mais projetos na calha?

Ao longo do corredor do Lobito devemos ter 4 ou 5 plataformas. Na primeira, mais avançada, estamos a trabalhar com o Banco Africano de Desenvolvimento. A segunda será uma zona de processamento agroalimentar, que vai potenciar o desenvolvimento das comunidades que se situam nessa faixa.

Foi anunciado que a China deixou de ser o maior criador bilateral de Angola. Há uma mudança de paradigma no relacionamento entre os dois países?

A China é um parceiro importante tanto para Angola como para Portugal. E nós vamos continuar a procurar manter relações justas e equilibradas com os nossos parceiros. A dado momento, com a forte necessidade de recursos para a recuperação e desenvolvimento das suas infraestruturas, Angola contou com o apoio da China. Foi fundamental naquele momento e temos tido a capacidade de honrar as nossas responsabilidades. A decisão que tomámos, e aí o tema não é China, foi não voltarmos a contrair dívida colateral de petróleo. Do ponto de vista da estratégia de endividamento, a decisão está tomada. Daí que o que vai acontecendo com a China a este nível, vamos dizer que o elemento diferenciador é o colateral. [...] Neste momento, o

“O preço do petróleo em alta traz sempre notícias positivas para países produtores.”

“Não sei se se consegue mais [na relação Portugal Angola].”



país tem condição de ir aos mercados e apresentar-se em condições aceitáveis aos financiadores e investidores internacionais e coloca as suas emissões.

Qual é que é o balanço que faz das relações entre Portugal e Angola? Há quem sintam o maior distanciamento entre os dois países, nota isso?

Não, longe disso. Eu tive a ocasião de estar com o Ministério das Finanças e da Economia e o balanço que faço é positivo. Temos uma linha de convenção financeira que tem sido exemplar. Os projetos são apresentados dentro do quadro que foi estabelecido, a linha tem sido utilizada sem dificuldades, temos tido da parte das autoridades portuguesas inclusive flexibilidade para determinados projetos que entendemos críticos. O serviço da dívida tem corrido de forma imaculada... O que precisamos de continuar a trabalhar é no sentido da confiança que há que ser transmitida à classe empresarial portuguesa. Acho ser esse o tema, porque do ponto de vista da relação institucional, há um bom nível. Não sei se se consegue muito mais.

Não há irritantes? Não há irritantes.

Pediu mais empresas portuguesas, mais investimento. Como avalia a forma como as empresas portuguesas se estão a movimentar em Angola?

Temos já um bom número de empresas portuguesas que atuam em Angola e muitas estão aqui nesta sala. Aliás, pedimos que possam atuar como embaixadores daquilo que são as transformações que o país tem vindo a empreender para que outros possam ser contagiados. Mas temos necessidades que ainda são grandes. A nossa população é muito jovem, cerca de 60% tem menos de 25 anos de idade.

Isso é desafiante...

Verdadeiramente desafiante. Somos cerca de 37 milhões de cidadãos. A nossa relação com os países vizinhos também é forte. Temos um vizinho com mais de 100 milhões de cidadãos e que, nisto da relação comercial forte, consome muito da Angola, tanto quando olhamos para o mercado angolano devemos ter presente também o mercado regional, o potencial que representa. Vemos como uma extensão, uma oportunidade de crescimento também para as empresas portuguesas e europeias.

Mais de fixação do que propriamente de “import-export”.

O contexto é mesmo outro, e

quando falamos da juventude e do crescimento populacional, é uma realidade que tem o continente africano todo. Precisamos de mais transformação local, de mais investimento em infraestruturas produtivas, mais bens e serviços produzidos. Gostaríamos de ver mais empresas a tomarem as oportunidades.

Um dos temas que se coloca é sempre a questão do repatriamento de capitais.

Não, já não. E teremos aqui na sala empresas que o podem testemunhar. Tivemos um momento em Angola em que os pagamentos e as transferências, incluindo de dividendos, careciam de licenciamento do banco central. Já não é o caso. O banco central já não emite licenças para exportação de capitais, como lhe chamávamos. Tínhamos, inclusive, licenças para importação, já não é assim. Hoje é uma relação entre a empresa e o banco comercial. Poderemos ter é dificuldades para, em tempo útil, na perspectiva de quem está a instruir a transferência para o exterior, essa operação ser imediatamente realizada. Por vezes, a geração de moeda estran-

geira acaba por não ter disponibilidade imediata no banco comercial. Mas se não é no dia A, é no seguinte, ou uma semana depois.

E os pagamentos do Estado às empresas?

Também estão todos em dia. Tivemos um momento em que era uma verdadeira dor de cabeça e foram gerados muitos atrasados. Neste momento a dívida está certificada. Por vezes vamos tendo uma ou outra situação de reclamações, mas, no geral, o trabalho de certificação está concluído. Os dados mais recentes mostram-nos qualquer coisa como menos de 150 milhões de euros de dívida a empresas portuguesas, que vêm de trás, não mais do que isso. E temos um calendário de pagamento que está a ser respeitado. A dívida em euros já não existe, está toda paga. A dívida em kwanzas está paga em mais de 90%. E temos menos de 150 milhões de dólares. Na altura também houve muita faturação em dólares dos Estados Unidos. É aí onde temos ainda algumas situações. Mas, no geral, temos os calendários, e estão a ser respeitados. ■

“A dívida em euros já não existe. Em kwanzas está paga a 90%.”

“Vemos uma oportunidade de crescimento também para as empresas portuguesas.”

Empresas não devem ter abordagem “oportunistica”

Painel que juntou, entre outros, os dirigentes da Mota-Engil e da Delta Cafés, abordou a forma como as empresas olham para Angola. E fez emergir um consenso: quem quiser estar no país africano tem de ter uma abordagem a longo prazo.

JOÃO DUARTE FERNANDES

joaomfernandes@negocios.pt

DIANA DO MAR

dianamar@negocios.pt

Angola “foi, é e será sempre um mercado absolutamente estrutural e estruturante” para a Mota-Engil, afirmou o CEO, Carlos Mota dos Santos, com uma imagem ilustrativa dessa importância: “A Mota existe há 80 anos e está há 80 anos em Angola. O fundador da Mota, o meu avô, disse que se alguma vez a empresa fechasse a última luz a apagar era Cabinda”.

“Não se pode ter uma abordagem oportunística, mas sim de longo prazo e estruturada”, apontou, num painel sobre a forma como as empresas olham para Angola. E, neste sentido, deixou um repto: “As empresas portuguesas, nomeadamente as de infraestruturas, agroalimentar, industrial, medicamentos e serviços, deviam olhar para Angola de uma forma mais estrutural.”

A Delta Cafés também tem mais de 50 anos de presença em Angola, onde tem, aliás, a única fábrica fora de Portugal e na Angonabeiro, criada em 2000, a segunda maior operação do grupo fora da Europa. Tem uma história peculiar, dado que o fundador, Rui Nabeiro, fez o impensável, quando no verão de 1975, numa altura em que a maioria dos portugueses em África tentava regressar a Portugal, rumar a Angola para comprar o máximo de café que podia.

“Estamos em 50 países e com Angola temos realmente uma relação especial e ‘quase uma dívida’ para com o país”, apontou Rui Miguel Nabeiro, o neto do fundador, hoje CEO, falando de um mercado, que é o seu “hub” em África, no



Painel juntos os dirigentes da Mota-Engil, grupo Carrinho, Delta Cafés, KPMG e BAI Europa.

qual a empresa “continua a acreditar muito”, e subscrevendo que tem de ser olhado “a longo prazo”.

“Angola tem um potencial muito grande. Para nós estrategicamente desempenha papel muito importante, realçou. “Somos o



As empresas portuguesas deviam olhar para Angola de uma forma mais estrutural.

CARLOS MOTA DOS SANTOS
CEO da Mota-Engil

principal comprador, produtor e exportador de café angolano”, acrescentou.

Vitor Ribeirinho, “senior partner” do “cluster” KPMG Portugal Angola, também realça que a consultora tem “uma história que tem a ver com o compromisso em Angola”: “O que temos procurado fazer é construir um projeto para o futuro”. “Angola não é um projeto oportunístico, tem de ser um projeto de médio e longo prazo e quem chega a Angola tem de ter a capacidade de entender o contexto, os riscos subjacentes”, afirmou, sublinhando que “estão a ser feitas reformas estruturais importantes nas áreas fiscais, económica e cambial”, algo crucial para dar previsibilidade a empresários e investidores.

Omar Guerra, presidente da

comissão executiva do Banco Angolano de Investimentos (BAI) Europa, sustentou, por seu turno, que “estamos numa fase de melhoria” no que toca à economia angolana. “Começamos a observar em 2025 que há um crescimento do crédito dado às empresas”, afirmou, dando conta que dados mais recentes apontam para que um crescimento na ordem dos 15%. “Nos anos anteriores esses valores eram menos expressivos”.

Ricardo Gonçalves deixou claro que o Grupo Carrinho, de capitais angolanos, do qual é administrador, “é um grupo 100% comprometido com Angola” e que “há 33 anos tem crescido e investido todos os meios que vai gerando na economia de Angola”, mas apontou que numa das áreas tidas como

estratégicas, a agricultura, os investidores precisam também de respaldo de políticas públicas.

“Entramos em 2021/2022 no setor agrícola para o qual olhamos com muito otimismo, porque é onde Angola tem vantagens competitivas (...) e se as coisas forem bem feitas pode ser um ‘player’ de referência no contexto internacional”, mas “é muito importante que haja políticas públicas de apoio ao investimento” até porque, “ao contrário do que se possa pensar, é um negócio de capital intensivo” e “há questões em que temos de ter cuidado”, advertiu. “Todas as economias desenvolvidas têm políticas agrícolas estabilizadas com mecanismos de proteção”, frisou, dando o exemplo da Política Agrícola Comum da União Europeia. ■

Confiança dos portugueses cresceu, mas chineses dominam investimento

“Chairman” da AIPEX revela que os projetos de investimento de empresas chinesas representam 80% do total dos últimos cinco anos. Diz ainda que gostaria que o “investimento angolano em Portugal fosse [mais] acarinhado”, mas AICEP contrapõe: cresceu 50% e superou o investimento português em Angola.

A carteira do investimento externo em Angola cresceu para 596 projetos nos últimos cinco anos, que totalizaram intenções de investimento de quase 22 mil milhões de dólares. Destes, apenas 72 projetos são portugueses, representando menos de 93 milhões de dólares, ou seja, nem pesam 1%.

Os dados foram apresentados por Arlindo das Chagas Rangel, presidente do conselho de administração da Agência de Investimento Privado e Promoção das Exportações de Angola (AIPEX), na conferência do Negócios “Radar África - Os Caminhos de Angola”.

“As empresas portuguesas conhecem melhor o mercado angolano do que os próprios angolanos”, comentou o “chairman” da AIPEX, acrescentando que “gostaríamos que, da forma como acarinhámos as empresas portuguesas, o investimento angolano em Portugal também fosse acarinhado”.

Do total de quase 600 projetos de investimento externo em Angola, a China representa cerca de 80%. “O que temos visto é que a estrutura da relação com a China mudou”, apontou o presidente do conselho de administração da AIPEX.

E concretizou: “A China deixou de ser um credor e passou a ser um investidor e a diferença entre eles e as empresas europeias é que eles tomam as decisões muito rapidamente”. “As empresas portuguesas e europeias demoram muito no processo de decisão e acaba-se por perder o ‘timing’, a decisão deveria ser mais rápida”, concluiu.

A administradora executiva da Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal (AICEP), Joana Gaspar, contra-



Alberto Galhardo Simões, Joana Gaspar, Arlindo das Chagas Rangel e João Luís Traça participam no painel sobre a importância das instituições.

pôs as palavras iniciais da AIPEX, apontando que “os investimentos angolanos em Portugal cresceram 50% no último ano e ultrapassaram os investimentos portugueses em Angola”.

“A aproximação institucional



A lei atual é amiga do investidor e equilibra bem os interesses do Estado com os dos investidores.

ALBERTO GALHARDO SIMÕES
Sócio da CMS Portugal

e haver boas relações políticas é logo um ponto de partida para haver confiança da parte das empresas e o anúncio do aumento da linha de crédito portuguesa para Angola aumentou a confiança das empresas e existe uma maior vontade e apetência das empresas portuguesas pelo mercado angolano”, sublinhou.

João Luís Traça, presidente da Câmara de Comércio e Indústria Portugal – Angola, notou que Angola “está claramente num ciclo de crescimento da sua economia” e que “as empresas vão ter de gerar músculo e ganhar condições para poder acompanhar este crescimento, nomeadamente as portuguesas, porque senão investimentos de muitos outros países ocuparão esse espaço”.

Alberto Galhardo Simões, sócio de África Lusófona da CMS Portugal disse, por sua vez, que a evolução do investimento privado tem sido “absolutamente notável” em Angola. Sublinha que “a lei atual é muito equilibrada, fomenta muito o investimento, é amiga do investidor e equilibra bem os interesses do Estado angolano com os interesses dos investidores”.

Neste ponto, o advogado destaca que a mudança da lei sobre repatriação dos dividendos é um exemplo desta evolução positiva e “uma questão muito importante com que os investidores se preocupam”. Questionado sobre quais os aspetos mais importantes que deveriam ser alterados em Angola para que os investidores tomas-

sem uma decisão mais rápida sobre apostar ou não no país, Galhardo Simões notou que “Angola tem feito uma evolução notável no que respeita à parte da flexibilização cambial – invisíveis correntes, operações de capital, mas não só” e que a esse nível já tudo é feito através dos bancos comerciais e não do Banco Nacional de Angola. Mas ressalva: “há alguns problemas criados ao nível dos bancos comerciais que levam a que esse tipo de transações se prolonguem no tempo”, acrescentando que “a própria disponibilidade de reservas cambiais no país” gera ainda dificuldades na repatriação dos investimentos, que por vezes acontece “com alguma dilação temporal”, atirou. ■

JOÃO DUARTE FERNANDES

Mais de 240 pessoas marcaram presença na conferência



A diretora do Negócios, Diana Ramos, deu as boas-vindas às mais de 240 pessoas que fizeram questão de marcar presença na conferência Radar África - Os caminhos de Angola. José de Lima Massano, ministro do Estado para a Coordenação Económica de Angola foi o orador principal. Entre os muitos líderes presentes registou-se o momento da conversa entre Carlos Mota dos Santos, CEO da Mota-Engil, e Miguel Maya, CEO do Millennium Bcp.



Em tempos de incerteza, as relações estáveis são ainda mais valorizadas. A conferência Radar África - Os Caminhos de Angola, um evento que teve a sala cheia, serviu para mostrar que as relações entre Portugal e Angola continuam a estar no topo das agendas dos decisores empresariais e políticos de ambos os países. A iniciativa foi um êxito e entre os convidados ficou a certeza de que deve ter continuidade.

JOÃO CORTESÃO
PEDRO FERREIRA
Fotografia



A conferência Radar África - Os Caminhos de Angola, foi antecedida de um jantar que contou com a presença de personalidades de relevo, entre as quais a embaixadora de Angola em Portugal, Maria de Jesus dos Reis Ferreira, e Rui Miguel Nabeiro, CEO da Delta Cafés. O diretor adjunto do Negócios, Celso Filipe, e o administrador da Medialivre, Otávio Ribeiro, receberam o ministro do Estado para a Coordenação Económica, José de Lima Massano.